

RACISMO INSTITUCIONAL E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA¹

Marcelly Oliveira de Santana²

¹ Projeto de Iniciação Científica da Faculdades Oswaldo Cruz

² Aluna de enfermagem da Oswaldo cruz

Resumo:

O artigo objetiva buscar a relação da discriminação racial na saúde, especialmente no âmbito da violência obstétrica sofrida por mulheres negras, podendo ser expressa através do caráter físico, psicológico, sexual, material, institucional e midiático. Estudos mostram que a mortalidade materna de negras é cerca de 65% acima da de mulheres brancas. Além disso, identificou-se uma ideologia presente nas redes de assistências à saúde ligada a pensamentos como “pessoas negras são mais resistentes a dor” ou “negro não adoecer” que tendem a minimizar queixas advindas dessas pessoas e diminuir o uso de medicamentos e anestésias. A discussão irá compreender o parto como um evento naturalmente fisiológico, e não uma condição patológica, trazendo uma crítica ao modelo biomédico dominante, que conduz um quadro exacerbado de cesarianas. Trata-se de um estudo que discorrerá a importância da humanização do parto, onde será priorizado o resgate da autonomia feminina nas suas decisões.

Palavras chaves: Enfermagem; Mulheres negras; Parto humanizado.

INTRODUÇÃO

O Brasil traz em sua história séculos de escravidão e ideologias racistas que repercutem até hoje no cotidiano da sociedade. Mesmo após a abolição da escravatura com a constituição de 1989, que apesar de assegurar a liberdade dos negros, não garantiu seus direitos, e conseqüentemente trouxe a marginalização desta população. (LIMA, 2004, p. 403)

Sendo assim, é imprescindível compreender que o racismo é um conjunto de ideologias, doutrinas e ideias presentes na sociedade que atribuem inferioridade natural a determinados grupos étnicos e atua como motor de desigualdades que produzem condições precárias de existência da população vitimada. (CAMPOS, 2017, p. 2)

A ideia de que o racismo acabou com o fim da escravidão e o processo de miscigenação do povo brasileiro, gera o mito da democracia racial, que é entendido como uma crença popular de que não

existem raças no Brasil, e, portanto, o racismo não existe. (LIMA, 2004, p. 403)

Sabe-se que as práticas mais explícitas do racismo, não são permitidos por lei, porém no dia a dia são relatadas diversas praticas preconceituosas de cunho racial, deste modo, este comportamento acaba se naturalizando até mesmo nas instituições sociais da saúde. O racismo institucional é definido como “o fracasso coletivo de uma organização para promover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”

Para entender como o viés racial interfere nas práticas de violência obstétrica em mulheres negras, deve-se compreender também a origem da prática obstétrica. O surgimento da obstetrícia nasce por volta dos séculos XVII e XVIII na Europa, e chega ao Brasil com o ensino chamado “arte obstétrica”, dando inicio ao processo que tornaria o parto cada vez mais controlado pelo modelo biomédico, onde centraliza a figura do médico como o protagonista de um evento que até então era consolidado naturalmente pela mulher. (SOUZA, 2019, P.3)

Segundo SOUZA (2019, P. 4)

“O conceito de violência obstétrica é bem amplo e engloba as mais diversas facetas de violência que ocorrem no contexto da gestação, do puerpério, em casos de abortamento, e o mais frequente, durante no parto. São caracterizados, portanto, todo e qualquer ato de negligência, tratamentos desumanizados e rudes, falas com deboches ou xingamentos, ameaças, procedimentos invasivos como toques vaginais constantes, intervenções de qualquer tipo sem o conhecimento ou consentimento da parturiente, tricotomia e outras intervenções agressivas como a episiotomia e a manobra de Kristeller. Também são consideradas práticas violentas a aplicação rotineira de ocitocina para acelerar o processo, a privação de alimentação e água (jejum total) e o impedimento da presença do acompanhante durante todo o processo de parturição – se for de escolha da mulher. Isto é, são diversas intervenções e impedimentos que acarretam a perda da autonomia da mulher sobre seu próprio corpo, além de traumas e danos psicológicos, e/ou físicos, que podem se estender por toda vida. (REDE PARTO DO PRINCÍPIO, 2012).”

OBJETIVOS

- Identificar as queixas de gestantes negras desde o pré natal até o período do puerpério;
- Compreender o parto como evento naturalmente fisiológico, valorizando sua humanização.

MÉTODOLOGIA

Para o presente estudo, utilizou-se o método de pesquisa de caráter exploratório e descritivo, que busca ampliar e relatar o conhecimento sobre os fatos e fenômenos relacionados a violência obstétrica vivenciadas por mulheres negras. A escolha desta metodologia sucedeu com a finalidade de realizar um levantamento de informações, através de estudos bibliográficos sobre o tema.

RESULTADOS

Espera-se que os resultados desse estudo possam contribuir para a expansão dos conhecimentos dos profissionais da área de saúde a respeito do Racismo institucional e a violência obstétrica, garantindo a qualidade no cuidado das gestantes durante todo seu atendimento.

CONCLUSÕES

Pose-se então entender que durante o período da gestação, desde o pré-parto até o pós-parto, diversas práticas estão sendo realizadas cotidianamente na assistência materna, onde submetem as mulheres a maus-tratos, agressões e humilhações. Consequentemente, esse comportamento acaba se naturalizando nas instituições de saúde, tornando um momento único na vida de uma mulher, em uma experiência traumática. (SOUZA, 2019, p.15)

Espera-se que o presente estudo possa colaborar para a constatação dos conhecimentos dos enfermeiros a respeito do crescente número de mulheres negras que sofrem com a violência obstétrica. Assim sendo, diante de toda importância do tema, salienta-se a necessidade da existência de profissionais cada vez mais qualificados para atuarem nos cuidados destas gestantes. A capacitação dos mesmos pode ampliar seus conhecimentos teóricos e práticos, proporcionando uma experiência digna as pacientes.